

[http://www.fafich.ufmg.br/~psicopol/seer/ojs/viewarticle.php?id=15&layout=html  
&mode=preview](http://www.fafich.ufmg.br/~psicopol/seer/ojs/viewarticle.php?id=15&layout=html&mode=preview)

**ARTIGO**

**POSSIBILIDADES MILITANTES NA LIQUIDEZ CONTEMPORÂNEA<sup>1</sup>**

**Thaiani Farias Vinadé<sup>2</sup>**

**Pedrinho Arcides Guareschi<sup>3</sup>**

*Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul*

*Financiamento: CNPq*

---

RESUMO: Cada vez mais múltiplas organizações (movimentos sociais, coletivos, grupos, etc.) surgem na tentativa de lutar pelas mais diversas causas que envolvem a possibilidade de ser e estar no mundo. Nessa esteira, este trabalho propõe problematizar a militância na contemporaneidade através da compreensão da liquidez das instituições e das relações no contemporâneo. Para isso, nos dedicamos a refletir sobre nossas atuais condições de existência na fluidez social que vivemos, procurando pensar sobre as possibilidades de inter-relações nesse contexto. Em seguida, realizamos um resgate sócio-histórico da militância, tentando identificar as diferentes formas que ela assume ao longo da história através dos movimentos sociais. Finalmente, propomos debater as possibilidades militantes nessa liquidez, avaliando e questionando algumas estratégias ativas e potencialmente subversivas na contemporaneidade.

Palavras-chave: militância; sociedade líquida; movimentos sociais; psicologia social.

**ACTIVISM POSSIBILITIES IN CONTEMPORARY LIQUIDNESS**

ABSTRACT: Day by day, multiple organizations (social movements, collectivity, groups, etc.) are created in an attempt to fight, through different number of reasons, for possibilities of being in (and belonging to) this world. On this track, this study suggests to problematize activism in the contemporary world through the comprehension of the liquidness of institutions and relationships in present day experience. For that matter we dedicate ourselves at discussing our present conditions of existence diluted in this social fluidity in which we live, trying to think on the possibilities of inter-relationships grounded in this context. After words, we do a social-historical rescue of activism, trying to identify the different forms it had undertaken throughout history, inside the social activity movements. Finally, we propose the debate about the activism possibilities in this fluid, fast liquidness of contemporary world, evaluating and questioning some active and potentially subversive strategies in the contemporanety.

Keywords: activism, liquid society, social movements, social psychology.

---

*Isso de querer ser exatamente aquilo que a gente é  
ainda vai nos levar além.*

(Leminski, 2002)

## **1. Por que estudar a militância hoje?**

Um outro mundo cada vez mais parece imprescindível. De Seattle para cá, muitos movimentos têm acordado para a necessidade de grandes transformações sociais. Em outros tempos, tempos mais precisos e sólidos, as armas e a guerrilha seriam a saída mais interessante no enfrentamento de um inimigo tão poderoso quanto o que temos atualmente. Belicosos, atacaríamos os responsáveis pela miséria, pela desigualdade, pela impunidade, pela falta de justiça, de trabalho, pela exclusão social... Hoje, entretanto, nos deparamos com um sentimento de não ter para onde correr. Se a luta armada no Brasil foi importante num dado momento, hoje não serve mais. Durante um bom tempo os partidos políticos foram o lugar para onde corríamos na busca de novas possibilidades, novos territórios a serem conquistados. Mas junto deles vieram os dogmas, a instituição e seus instituídos, as durezas que se mostraram tão

frágeis durante a atual crise política que vive nosso país. E agora? Como e contra o que lutar?

Nosso objetivo é discutir a militância, colocando em xeque esse conceito tão utilizado desde a década de 60. Evidentemente, não temos a pretensão de esgotar o assunto, pois tanto o espaço desse artigo, como a complexidade do tema nos impediriam. Buscaremos, contudo, contextualizar histórica e teoricamente a militância, compreendendo em que cenários emerge o sujeito social chamado de militante. Entendendo o fenômeno da militância como a percepção da opressão e a conseqüente mobilização dos sujeitos sociais, procuramos compreender de que forma surge a figura do militante ao longo do tempo, problematizando as formas de organização e engajamento social. Para isso, iniciaremos com uma discussão sobre a contemporaneidade e a diluição da ordem moderna, na tentativa de iluminar o terreno que se torna fértil para a militância. A militância, contudo, não é estática em relação ao tempo e espaço. Por isso, propomos um resgate histórico para, então, discutirmos como se dá esse processo e o que é ser militante hoje. Na contramão dos imperativos do capital, pessoas ainda acreditam que seja possível construir algo em um espaço de partilha e do companheirismo. Mais do que isso: algumas pessoas só encontram nesses espaços a possibilidade de ser quem são. Algumas pessoas os chamam de “militantes”.

Estudar a militância hoje é, de certa forma, abrir espaços para a reflexão acerca das possibilidades de mudança, de transformações. O termo continua o mesmo, desde as décadas de 60 e 70: militante. Mas pensar que os chamados militantes são os mesmos de outrora é incorrer num erro ingênuo. Nossas formas de nos relacionarmos com o mundo mudam numa velocidade incrível: alternativas, novas linhas marginais surgem a cada momento, em cada esquina, em cada comunidade. A militância também se transforma a cada momento, incitada pela velocidade das novidades do mundo capitalista globalizado: tudo muda o tempo todo no mundo!

## **2. Sobre a liquidez da modernidade**

A discussão sobre o tema da modernidade e da pós-modernidade tem sido um dos mais vivos e importantes debates no campo da compreensão social. Muito se discute sobre a chamada pós-modernidade. Alguns autores acreditam que vivemos, ainda, tempos modernos, que não nos libertamos de seus postulados. Isso significaria, grosso modo, que ainda estaríamos presos a idéias iluministas do século XVIII, onde o domínio da razão permitiria aos sujeitos o domínio de sua própria vida, criando condições de conhecer sua realidade e intervir para transformá-la. Outros, como Lyotard (2002), postulam que estamos, definitivamente, na era pós-moderna. Nessa concepção, a crítica ao iluminismo traria a descrença nas metanarrativas, colocando em xeque as noções de razão e progresso, entre outras.

Outros autores ainda, como Heller e Féher (1998), compreendem que vivemos um período caracterizado por importantes críticas daqueles que questionam, interrogam e fazem um balanço das conquistas e derrotas da modernidade. Para eles, entender os fenômenos sociais da contemporaneidade como pertencentes a um movimento pós-moderno significa encarar o mundo como uma pluralidade de espaços e temporalidades heterogêneos, marcados pela multiplicidade e incerteza. Nosso objetivo não é esmiuçar ou acalantar a polêmica sobre a dicotomia entre modernidade e pós-modernidade, mas esclarecer como tomamos a questão do contemporâneo neste trabalho, para que nos sirva de suporte à compreensão da militância.

Dessa forma, amparamos nossa noção de contemporaneidade em Zygmunt Bauman, através da utilização do conceito de *sociedade* ou *modernidade líquida* (2001). Assim, tomamos a pós-modernidade como um ato reflexivo da mente moderna que, olhando para trás, critica o que vê e procura novas formas de organizar-se socialmente. Entendendo que não superamos por completo a era moderna, não podemos, entretanto, negar que muitas alterações se processaram e que vivemos neste espaço entre a modernidade e a pós-modernidade, o que talvez pudesse ser chamado de *uma nova fase da modernidade*.

Os sólidos são duros, têm formas e limites definidos. Não sofrem fluxos, retornando sempre à sua forma original. Os tempos modernos, como os sólidos, buscavam a solidez duradoura, as formas confiáveis e definidas,

tornando o mundo previsível e controlável. Previsibilidade segura, que nos trazia certa tranqüilidade. Ordem e progresso: o projeto da modernidade se empenhou para alcançar o tão sonhado progresso. Classificar implica segregar, separar, criando entidades distintas e postulando as possibilidades de ser no mundo. O que se encontra fora da ordem é incômodo, anormal e ameaçador. O mundo moderno torna-se bipartido, restando apenas a ordem ou o caos. A ambigüidade, dessa forma, é inimiga. Para que a ordem e a classificação se solidificassem, tornou-se necessário lançar artimanhas modernas de naturalização, o que, excluindo a dimensão sócio-histórica das construções humanas, limitava as possibilidades de atuação dos sujeitos sociais: as coisas são assim porque assim devem ser ou porque sempre foram assim – tornar igual ou excluir! Não é difícil imaginar, então, que a tarefa da ciência seria a de ordenar o mundo, eliminando tudo que parecesse desagregado ou fora da ordem.

Como se pode imaginar, tamanha solidez impunha restrições à criação e às iniciativas. Ao contrário dos sólidos, os líquidos, assim como os gases, fluem, escorregam por entre fendas, ocupando espaços inimagináveis. Têm a capacidade de deformar-se quando submetidos a uma tensão, contornando os obstáculos. Assim, não podem ser contidos facilmente, misturando-se com outros elementos que estejam pelo caminho, encharcando e escorrendo por onde passam. Além disso, não mantêm sua forma por muito tempo: trata-se de um momento, um instante, que, para ser descrito, precisa ser “fotografado”. São extremamente móveis e inconstantes, o que lhes confere o adjetivo de leves; Assim, tomamos a liquidez como metáfora desta nova fase da modernidade (Bauman, 2001).

A modernidade líquida trata da diluição das forças que mantinham a ordem na agenda política da modernidade. Para Beck (citado por Bauman, 2001:12), a família, a classe e o bairro são bons exemplos para entendermos o que chama de “categorias zumbi”, ou seja, o derretimento da solidez das instituições que eram a base para a modernidade, mas que, de alguma forma, seguem como valores, mesmo que nostálgicos. A quebra das formas fez com que, cada vez mais, nos deparássemos, por exemplo, com constituições familiares das mais diversas nuances. O que antes era fornecido de antemão, como modelo a

seguir, hoje é construído a cada dia, entrando em contradições e tendo que recriar, a cada momento, novas estratégias de sobrevivência. A queda da grande narrativa moderna, a ruptura das verdades que forneciam consolo (apesar dos aprisionamentos) nos força a repensar nossos velhos conceitos - hoje zumbis, mortos-vivos - marcando profundas mudanças na condição humana, nas formas de subjetivação. Não somos menos modernos que antes, mas modernos de forma diferente.

O estudo de Foucault (2004) sobre o projeto Panóptico de Jeremy Bentham mostra que a sociedade panóptica esteve a serviço da modernidade: poucos controlando muitos, os limites físicos impostos pelos muros, os movimentos impedidos sob a possibilidade da vigilância cerrada, a imobilização espacial e o controle do tempo. Os vigias exerciam a dominação através da possibilidade de movimentação que as instalações proporcionavam e o domínio do tempo era o segredo dessa dominação. Hoje, na era da modernidade líquida, o poder se tornou extraterritorial, sem o limite do espaço: as ordens podem ser dadas através de um telefone celular, de qualquer lugar do mundo. Assim, próximo e distante se confundem, fundando a sociedade pós-panóptica, onde os guardas e administradores não precisam mais estar confinados às estruturas físicas pelas quais eram, de certa forma, responsáveis. Agora, nessa relação mais volátil, vemos o fim da era do engajamento mútuo: as técnicas de poder centram-se cada vez mais na possibilidade da fuga, do desvio, sem a necessidade de arcar com as responsabilidades de manter uma prisão propriamente dita. Assim é a sociedade de controle de Deleuze (1992): a crise das disciplinas, a condenação das instituições e as formas ultra-rápidas de controle ao ar livre. Enquanto os confinamentos da sociedade disciplinar de Foucault são moldes, os controles são modulações que se auto-deformam e mudam continuamente. *“O controle é de curto prazo e de rotação rápida, mas também contínuo e ilimitado, ao passo que a disciplina era de longa duração, infinita e descontínua. O homem não é mais o homem confinado, mas o homem endividado”* (Deleuze, 1992: 224).

Na contemporaneidade leve e liquefeita, a estratégia é mover-se, ser portátil, sem deixar-se levar pela possível sedução das coisas pesadas e, por isso, confiáveis e resistentes. O nomadismo reconquista seu espaço. O que era

tomado pela sociedade moderna como primitivo e atrasado, volta a ter crédito e potência. Os nômades faziam pouco caso das conquistas territoriais, desrespeitando os esforços de demarcação de fronteiras e, por isso, tidos como agentes contrários ao progresso. A arte da fuga, por outro lado, aponta para a desintegração e o desengajamento social, que surgem como efeitos da nova leveza. O que estiver enraizado deve ser eliminado, dando espaço ao fluido e territorialmente desapegado.

De uma forma ou de outra, a modernidade trazia certa segurança que, através de sua monotonia e previsibilidade, garantia a estabilidade das relações entre os sujeitos e destes com o mundo: sabíamos como proceder, como nos comportar na grande maioria das situações. A liquidez nos força a conviver com a incerteza e com a indecisão: a única certeza é a incerteza. Se por um lado, abandonar as rígidas normas e lançar-se nas benesses da liberação traz infinitas possibilidades de ser no mundo, por outro, instala o medo e a insegurança, bem como abre espaço para a assunção de um Estado omissivo. A força centra-se, então, no indivíduo que, tendo atingido a liberdade com que sonhara (pelo menos a liberdade vinculada ao livre mercado) encontra-se, também, num estado inigualável de impotência, pois “*os anéis de uma serpente [controle] são mais complicados que os buracos de uma toupeira [disciplina]*” (Deleuze, 1992: 226).

A relação com o binômio tempo/espço tem se modificado de forma estonteante. O que ontem era valorizado como seguro (como o império de Rockefeller e suas estradas, prédios, fábricas, etc.) hoje é dito como ultrapassado. O que vale agora é a lógica do envelhecimento, dos bens não duráveis, do efêmero e do transitório. Podemos até consumir tudo o quanto desejamos – na melhor das hipóteses - porém a satisfação é sempre relegada ao futuro, como algo sempre a ser atingido.

Mas como reagimos a tantas mudanças? De que forma essa nova fase da modernidade influencia nossas formas de organização social? Podemos pensar que a destruição das certezas, a convivência entre elementos ambíguos, a aceleração espaço-temporal, a individualização das vivências dos sujeitos, o capitalismo globalizado e a perda de referenciais estáticos impulsiona, inevitavelmente, a novas formas de organização social. Assim, a

discussão sobre a contemporaneidade é importante na medida em que nos permite compreender a partir de qual contexto podemos pensar a militância de hoje: *“Não há sentido em comparar sofrimentos do passado e do presente, tentando descobrir qual deles é menos suportável. Cada angústia fere e atormenta no seu próprio tempo”* (Bauman, 2004: 66).

### **3. A militância como processo sócio-histórico**

Entender a sociedade como um processo dinâmico e resultante de uma construção a partir de suas relações sócio-históricas, permite que compreendamos que é impossível não agir. Indo ao encontro dessa visão, Michel Löwy (2000, pg. 70) afirma que *“no rio da história não há contempladores do rio: nós somos o rio”*, ou seja, na construção histórica de uma sociedade não existem expectadores. Todos, agindo ativa ou passivamente, contribuem para a construção de um determinado acontecimento histórico.

Guareschi (2004) diferencia os tipos de ação, baseado na qualidade da ação (positiva ou negativamente) e no efeito final visível da ação (algo acontece ou nada acontece). Assim, distingue quatro tipos de ação: aquela em que ajo para que algo aconteça; aquela em que impeço uma ação e nada acontece, e as coisas continuam como dantes; a em que permito que algo aconteça, não agindo para impedir que isso suceda; e, finalmente, a ação em que me omito, não ajo, e as coisas continuam acontecendo com suas conseqüências. Se analisarmos com cuidado essa categorização, damos conta de que, como membros e participantes de uma sociedade entendida como uma rede de relações, é impossível ‘não agir’ e que as possibilidades de ação de sujeitos e sociedades condicionam, de certa forma, sua capacidade de mudança.

Como conseqüência, podem ser identificados, ainda conforme Guareschi (2004) dois tipos de mudança. Uma primeira concepção de mudança, normalmente chamada de “reforma”, toma a sociedade a partir de um enfoque positivista e funcionalista, no qual a sociedade é o que está aí, ou seja, seu atual modo de organização. Neste sentido, podemos perceber que esta mudança executa ações e movimentos para que seja mantido o *status quo*.



Numa segunda concepção, comumente chamada de “revolução”, a sociedade é entendida a partir de um enfoque histórico crítico, como sendo o resultado dinâmico das inúmeras relações estabelecidas entre sujeitos, instituições e movimentos, que estão em constante transformação, contendo em si a potencialidade da mudança que altera modos de ser e estar no mundo.

O Brasil encontra-se cada vez mais emaranhado num processo crescente de acirramento de seus antagonismos, com sua conseqüente exclusão social, inerentes ao modo de produção capitalista. Os movimentos sociais, sindicais e aliados, buscam contribuir para a constituição de novos valores para a sociedade. O cotidiano conflituoso dos cidadãos e cidadãs deste país é o grande propulsor de organizações que buscam alternativas de vida, visto que apenas uma pequena parcela da população pode usufruir as benesses do capitalismo que, paradoxalmente, estimula a supervalorização do mundo material. Assim, sobressai-se a miséria, a violência e a falta de atendimento adequado às necessidades básicas. Os direitos humanos universais são atacados cotidianamente, deteriorando a qualidade de vida da maioria da população.

Os movimentos sociais nascem da necessidade de ir em busca do que não vem sendo garantido nem pelo Estado, nem pelas iniciativas privadas. Na contramão do movimento do capital, surgem coletivos que potencializam a força do grupo para lutar por outros valores. Os movimentos sociais são uma reação resultante de um conflito, propondo mudanças na vida social. Em função da insatisfação com alguma situação, propõem alterações que possam dar conta desses impasses. A grande maioria desses conflitos é resultante da incapacidade do Estado em atender às necessidades da população, obrigando-a à marginalidade política. Por isso os movimentos sociais possuem caracteristicamente uma relação de conflito com o Estado, estando em constante luta para fazer valer seus direitos enquanto membros de um movimento e como cidadãos. Temos, assim, duas partes em oposição: uma que deseja modificações e a outra que luta pela manutenção da situação atual.

Dessa forma, os movimentos sociais são cenários possíveis para as ações revolucionárias, que buscam transformações e propõem severos questionamentos dos modos de organização sociais. Apesar dos movimentos

sociais estarem presentes em toda história da humanidade, essa temática toma forma com os movimentos reformistas dos séculos XVIII e XIX, na Europa e, depois da segunda Grande Guerra, nos Estados Unidos. Os movimentos sociais têm uma história relativamente longa. No Brasil, estes ganharam grande visibilidade nas décadas de 60 e 80. Assim, a luta dos movimentos sociais surge com a luta de classes em nome de demandas sociais básicas, como saúde, educação e moradia, além, é claro, na luta contra o regime ditatorial brasileiro, que teve início em 1964 e prolongou-se até 1985.

Cada vez mais estudos e pesquisas têm sido realizados sobre os movimentos sociais em todo mundo, sendo alvo de atenção de diversos autores. Sobottka (2001) defende a noção de que os movimentos sociais são um conjunto de atores coletivos que se organizam e se mobilizam com o objetivo de provocar, evitar ou reverter mudanças sociais. Complementarmente, Scherer-Warren (1999) coloca que os movimentos sociais são reações aos contextos histórico-sociais nos quais estão inseridos, lutando por um projeto de mudança, entrelaçando utopia, afeto e práticas efetivas. Heller (1993) acrescenta a articulação por forças de interesse, permitindo a emergência de sujeitos sociais coletivos. Touraine (1997) afirma que os movimentos sociais são um misto de conflito social e projeto cultural. Para Gohn (2003), os movimentos sociais são o pulsar da sociedade, expressando as energias de resistência às opressões e potencializando as energias sociais, antes dispersas, através de suas práticas propositivas. Como se percebe, os movimentos sociais são territórios de experimentação e que, através de sua possibilidade e amplitude de atuação, podemos identificar o nível democrático de cada realidade.

Os anos 60 foram marcados por grandes transformações. O maio de 68 francês, de alguma forma, condensa a intensidade de questionamentos e revoluções que se deram nessa década. O conservadorismo da época é abalado pela revolução nos costumes, com o surgimento da mini-saia, da pílula, das drogas lisérgicas e da pop-art. São tempos de apaixonadas lutas, do fervor dos estudantes que reivindicam uma outra sociedade, com outros valores e orientações. O desejo é de transformação das relações entre política e subjetividade, marcado por muitos protestos que procuravam expressar a inconformidade com o poder vigente (Coimbra, 1995). O maio de 68

demonstrava “a grande recusa”, rechaçando o autoritarismo em todas suas expressões (burocracia, centralização de poder, tecnocracia, cientificismo, consumismo, etc.) (Marcuse citado por Coimbra, 1995: 63).

No Brasil, vivíamos tempos de ditadura, de repressão e censura. A música, o teatro e as artes em geral servem de linhas de fuga para a emergência de potencialidades criadoras e subversivas. São tempos de guerrilha armada, de tortura e desaparecidos políticos, de exílio:

*No que mais acreditávamos (...) era na luta armada, através do foco guerrilheiro, que chamávamos de vanguarda, ou seja, um grupo que iria montar, mobilizar, servir de catalisador para a revolução (Garcia, 2004: 133). Nós, quando entramos na luta, estávamos dispostos a morrer, sim. Todos estávamos, tanto que largamos tudo, pegamos em armas. Estamos vivos. Poderíamos ter sido mortos, como muitos foram (Garcia, 2004: 137).*

Em toda América Latina, os movimentos sociais ganharam visibilidade no final da década de 70, sendo que, no Brasil, isso se deve muito a sua oposição ao regime militar. Estes movimentos contribuíram sobremaneira na conquista de muitos direitos, instituídos, como a Constituição Brasileira de 1988. Na década de 70, no Brasil, com o crescente envolvimento de movimentos de base cristã, inspirados na Teologia da Libertação, as classes empobrecidas encontram na militância, através do espaço dos movimentos sociais organizados, uma alternativa de participação política. A opressão da ditadura militar serviu de alavanca para que grupos organizados lutassem em nome da democracia e do direito à cidadania. Esta é uma fase fortemente marcada pela ação militante, onde os sujeitos davam a vida em nome da causa que defendiam: “*Eu sou de uma geração que era muito propícia para tomar posições. Difícil era ficar inerte, alienado, não participativo. Ou você se engajava para lutar contra alguma coisa ou a favor*” (Garcia, 2004: 131).

Para alguns autores, como Michael Löwy e Robert Sayre (1995), esse período histórico pode ser chamado de “geração romântico-revolucionária”. Sob forte influência do espírito transformador de maio de 1968, a militância apresenta uma forte crítica à modernidade, ao capitalismo moderno, em nome de valores e ideais do passado (pré-capitalista, pré-moderno). Esta geração buscava um

futuro novo, no qual a humanidade resgataria parte das qualidades e valores que perdera com a modernidade, como comunidade, gratuidade, doação, a harmonia com a natureza, trabalho como arte, encantamento da vida.

O romantismo dessa geração valorizava sobremaneira a prática, a ação, a coragem e a vontade de transformação, mas ia além da simples volta ao passado, lutando por um futuro de alternativas, apoiado na utopia anticapitalista, e pelo resgate de um homem novo. Che Guevara e Zapata são ícones, mestres inspiradores desta militância.

O final dos anos 80 e início da década de 90 trouxeram grandes transformações no cenário sócio-político do país. O inimigo principal, a ditadura militar, havia sido derrotado. Aos poucos, vimos o esmorecimento das manifestações de massa nas ruas e o crescimento do associativismo derivado de processos de mobilização pontuais, em oposição aos de massa de outrora. Assim, os anos 90 e a nova conjuntura política começam a imprimir importantes alterações na constituição dos movimentos sociais. Gradativamente, os movimentos sociais tornam-se mais propositivos, menos reivindicativos e mais estratégicos. A participação é compreendida através de participações periódicas e planejadas, procurando fortalecer a sociedade civil na busca da construção de uma nova realidade social (Gohn, 2003).

Atualmente, os principais movimentos sociais atuam em redes sociais, utilizando as novas tecnologias da comunicação como principal ferramenta de intercâmbio de informações. Os movimentos de base político-partidária vão perdendo espaço, sendo este tomado por movimentos com demandas universais, mais plurais.

Os movimentos sociais da contemporaneidade lutam contra a devastação da globalização, que esmaga as culturas locais, buscando a construção de um novo ser humano, que não é apenas marionete do mercado. Além disso, estes movimentos reivindicam ética na política, exercendo um papel vigilante e chamando a atenção da população para o bem público. Quanto à autonomia, os movimentos sociais de hoje, diferentemente daqueles da década de 80, não entendem que ter autonomia é ser contra tudo e todos, dando as costas ao Estado. Ao contrário, acreditam que é preciso exercer a autonomia, sim, mas com projetos estratégicos. Atualmente, torna-se importante ser flexível, saber

negociar, aliar a crítica à proposição de novas formas de agir, interferindo nas políticas públicas e apontando caminhos para a construção de uma nova realidade social (Gohn, 2003). A capacitação torna-se fundamental nesse novo cenário, o que faz com que os movimentos sociais cada vez mais invistam na formação de seus militantes, que muitas vezes chegam às universidades. Ser bem representado em fóruns, debates e nas negociações com a iniciativa pública é um novo desafio aos movimentos sociais.

No início deste novo milênio, vemos os movimentos sociais retornando à cena com novas proposições, baseadas na multiplicidade que compõe a vida social e não mais apenas na questão da luta de classes, que, cada vez mais, se mostrou insuficiente para dar conta dos complexos processos subjetivos envolvidos na militância. Atualmente, questões como sexo, crenças, valores encontram espaço nos movimentos que ainda buscam a igualdade, respeitando as diversidades culturais. Alguns exemplos são movimentos de luta pela moradia, pela reforma agrária, de recuperação de estruturas ambientais, de apoio a meninos e meninas de rua, portadores de HIV, contra a violência urbana, étnico-raciais (índios e negros), de questões de gênero, contra a política neoliberal e os efeitos da globalização, entre outros (Gohn, 2003).

Os movimentos sociais propiciam a criação de um sentimento de pertencimento social, o que faz com que aqueles que eram excluídos possam sentir-se incluídos nas ações de grupos ativos (Melucci, 1994). As Organizações Não-Governamentais (ONGs) surgem com força no cenário social, sendo um capítulo à parte na história da participação política no país. Elas passam a ter mais visibilidade que os movimentos sociais tradicionais e atuam em áreas onde a prestação de serviços do Estado é insuficiente, ou inexistente, assumindo, muitas vezes, seu lugar. ONG é um termo que passou a ser utilizado na década de 80 para designar entidades que serviam de apoio técnico e estavam a serviço de grupos e movimentos populares, inaugurando um processo de auto-estruturação da sociedade civil na luta pelo Estado de direito (Oliveira, 2004). Hoje, as ONGs englobam uma diversidade de entidades que trabalham nas mais variadas tônicas, desde as mais assistencialistas às assessorias mais críticas e emancipatórias<sup>4</sup>.

A conjuntura modificou-se, o espaço ocupado por movimentos sociais no país também. O perfil do militante dos movimentos sociais também se alterou. O atual tipo de associativismo não demanda que os sujeitos tenham obrigações e deveres permanentes com uma organização. Diferentemente da militância político-ideológica, os militantes de hoje mobilizam-se independentemente de laços anteriores de pertencimento (Gohn, 2003).

#### **4. A militância na liquidez da contemporaneidade: para além da modernidade**

As velozes e múltiplas transformações com as quais nos deparamos na contemporaneidade são essenciais para que possamos lançar um novo olhar para a militância, compreendendo-a como historicamente construída. O que faremos a seguir está longe de uma tipificação, modelização e - muito menos - de uma resposta fechada à nossa questão “o que é ser militante hoje”. O que buscamos, ao contrário, é seguir os fios que compõem a atual trama militante, sempre entendendo que essa malha se movimenta incessante e continuamente.

Revolução é uma das expressões mais corriqueiras no mundo militante. Este termo, que merece destaque, já foi tão usado, mitificado e desgastado que nos parece ser útil uma reflexão sobre os diferentes significados empregados. Se recorrermos à geografia, talvez nos surpreendamos ao perceber que o termo revolução é usado para designar o movimento dos astros, remetendo a algo que permanece igual há milênios. Paradoxalmente, utilizamos este termo para designar um processo de mudança que faz com que não se volte mais para o mesmo ponto. “Revolução”, aqui, é um conceito amparado em autores como Guattari e Rolnik (1996), que afirmam que estas acontecem nos mais diversos âmbitos da vida, na cultura, na arte, nas relações afetivas e de trabalho. Trata-se de produção de história, de imprevisibilidade, de alterações profundas que não podem ser programadas e controladas por completo, como um músico que não sabe onde vai chegar no momento de composição de uma canção.

Compreender “revolução” como processo, é afirmar que se trata da produção de algo que antes não existia, algo que causa mutações no sistema social e

singular. Podemos chamar de revolucionário um processo que traz o irreversível e o inédito. Mas justamente por isso a revolução não pode se algo permanente: é um certo momento de transformação.

É importante diferenciar a chamada revolução molecular da política molar, visto que a primeira diz respeito a todos os movimentos de indivíduos e grupos que questionam o sistema de produção de subjetividade. As políticas molares são aquelas que reproduzem as palavras-de ordem, dos processos de controle, da rigidez, de oposições binárias e maniqueístas; enquanto as moleculares são da ordem do processual, das mutações, do movimento, da incerteza, da autonomia (Guattari, 1987). Apesar de bem diferenciadas, estas são categorias que não são excludentes, pois não funcionam numa lógica de contradição, visto que os mesmos movimentos podem apresentar-se como emancipatórios e reacionários, ao mesmo tempo. Assim, para este autor, a ação militante também está sujeita à possibilidade de modelização a partir do momento em que o que é tido como “alternativa” pode, por vezes, mostrar-se igualmente opressor ao instituído, embora assumindo outro formato. Num mesmo movimento social que luta contra a exploração e opressão, podemos encontrar processos microfascistas, num nível molar. Vale frisar que, nessas categorias, não existe a pretensão dual de valoração, sendo que as problemáticas sempre se colocam nos dois níveis; não estamos tratando em termos de bom e mau.

Bey (2004) tem uma postura enfática em relação à revolução: precisamos parar de esperar por ela e, ainda, de desejá-la. Ele desconfia da revolução, pois afirma que sempre após esta o Estado, onipresente e todo-poderoso, retoma sua força, tornando-se mais poderoso e opressor do que antes. Para ele, as revoluções não levaram a possibilidades reais de mudança, bem como a cultura anarquista, em nosso momento histórico, não dá conta dessa questão, visto que os instrumentos do Estado são muito mais poderosos do que os dos coletivos que lutam por uma sociedade livre. Assim, propõe a ZAT (Zona Autônoma Temporária) que, segundo ele, é uma espécie de rebelião que não propõe o embate direto com o Estado, ocupando áreas singelas e, sem ser alvo do espetáculo, tem seu trunfo na invisibilidade. O objetivo não é a solução permanente, mas o incentivo de irrupções temporárias. Nesta máquina de guerra nômade, a tática é ocupar, temporariamente, as fendas, atacando as

estruturas de controle e as idéias na busca de um microcosmos do sonho anarquista de uma cultura de liberdade, de uma psicologia de libertação. Acreditamos que as idéias de Bey podem auxiliar na crítica aos modelos românticos de militância, que, muitas vezes, encontram-se muito vinculadas a um momento sócio-histórico passado e, justamente por isso, se tornam ineficientes nas lutas de agora.

Não podemos mais pensar naquela grande e concisa revolução moderna: as coisas não vão se transformar em blocos sólidos, numa revolução à moda antiga. Sonhar com uma revolução meteórica nos torna seres paralisados frente à impossibilidade de realização desta. Na liquidez em que vivemos, parecem mais possíveis as revoluções do cotidiano. Hoje, os obstáculos são outros na luta pela democracia e pela igualdade social. Dar a vida por uma causa, largar família, profissão e estudo, não parece ser o caminho preferível – ou efetivamente possível. Apesar de ainda ser necessário lutar por necessidades básicas (como a luta pela terra e pela moradia) fica claro que são necessárias estratégias sofisticadas para o embate com o Estado, com a mídia, com o império:

*Não esperem [diz Kant] que este acontecimento consista em grandes gestos ou crimes importantes cometidos pelos homens, após o que, o que era grande entre os homens se tornou pequeno, ou o que era pequeno se tornou grande, nem em edifícios antigos e brilhantes que desapareciam como que por mágica enquanto que em seus lugares surgiriam outros vindos das profundidades da terra. Não, nada disso. (...) Prestem atenção, não é nos grandes acontecimentos que devemos procurar o signo rememorativo, demonstrativo e prognóstico do progresso; é em acontecimentos muito menos grandiosos, muito menos perceptíveis (Foucault, 1984: 107).*

Alguns autores, como Löwy e Bensaid (2000), acreditam que vivemos uma época de desencantamento do mundo. A redução dos valores, qualidades e das relações sociais ao mercado feita pelo capitalismo afogou os sentimentos humanos, jogando os cidadãos ao individualismo exacerbado. A jaula de aço criada pela modernidade capitalista só pode ser quebrada com o martelo



encantado do romantismo revolucionário. O Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) é trazido como um exemplo de possibilidade de reencantamento do mundo, de fazer as pessoas sonharem. Movimentos sociais como estes são portadores de utopia, poesia, romantismo, entusiasmo, de mitos e magias (Löwy, 2000-2). Como preservar a poesia e a magia sem tornar-se nostálgico ou saudosista de uma militância que não cabe mais no cotidiano de agora?

A militância, como construção social, impregnou-se dos pressupostos modernos, configurando-se, durante muito tempo, de modo pesado, sólido, condensado e sistêmico. Neste mundo líquido, é clara a necessidade de novas formas de inserção política que contemplem a leveza com que as relações sociais se dão: fluidas, difusas, em rede. A militância de outrora não suportava a ambivalência, a ambigüidade e a instabilidade. Hoje, se vê forçada a escorregar por entre as fendas que o sistema deixa abertas por descuido, fazendo desse encharcamento sua principal arma. As forças de resistência não são mais articuladas de forma sistêmica, mas em rede, o que pressupõe momentos de contato intercalados com momentos de movimentação a esmo (Bauman, 2004). Militar, hoje, é buscar alternativas para lidar com as incertezas da vida e as angústias decorrentes, criando comunidades que busquem romper com a lógica *cada um por si* do capitalismo neoliberal. São necessárias novas ferramentas para que a fluidez não se coloque apenas como barreira, mas, também, como novas aberturas, para além do paradigma moderno, que pautou o socialismo e o marxismo que, supostamente, substituiriam, de forma organizada, o capitalismo desorganizado.

As possibilidades militantes da contemporaneidade precisam se libertar dos pressupostos modernos, onde a rigidez, a definição e caráter contínuo se impõem e criam barreiras duras e intransponíveis. Militar, hoje, pressupõe compreender que os movimentos sociais não estão num vácuo do capitalismo neoliberal. Estão imersos nessa condição atual e é de dentro que precisam lutar e resistir. O militante do contemporâneo aprende que é preciso fazer a revolução dia a dia, criando movimentos vertiginosos diários que criem possibilidades para que se construa um mundo diferente no cotidiano das pessoas. Não há um modelo a seguir, uma prescrição que indique os

caminhos. As lutas de classe não dão mais conta da multiplicidade de necessidades e desejos com os quais lidamos atualmente.

A militância, a capacidade de agir e não colocar-se inerte frente às opressões de regimes que achatam as subjetividades, segue sendo um importante fator de análise das sociedades contemporâneas, um sinal de potência. Para isso, os caminhos são múltiplos, rizomáticos, desprovidos de linearidade. É preciso experimentá-los e colocar-se aberto às potencialidades que a incerteza líquida pode proporcionar.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BAUMAN, Z. (2004). Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

BAUMAN, Z. (2001) Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

BEY, H. (2004). TAZ – Zona Autônoma Temporária. Coletivo Sabotagem.

BIANCHI, S. (2005) Quanto vale ou é por quilo? Filme de longa metragem, 35mm, produzido por Agravo Produções Cinematográficas S/C Ltda, São Paulo.

COIMBRA, C. (1995). Os caminhos de Lapassade e da análise institucional: uma empresa possível? Revista do Departamento de Psicologia – UFF. V. 7, n. 1, 52-80.

DELEUZE, G. (1992). Conversações. Tradução de Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Ed. 34.

FOUCAULT, M. (2004) Vigiar e Punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes.

FOUCAULT, M. (1984) O Dossier: Últimas entrevistas. Rio de Janeiro: Taururus.

GARCIA, J. C. B. (2004). O início da militância política. In: BIZ, O. (Org.) Sessenta e quatro pra não esquecer. Depoimento dado em 5 de agosto de 2004. (pp.131-142). Porto Alegre: Literalis.

GOHN (2003) (Org.) Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais. Rio de Janeiro: Vozes.

- GUARESCHI, P. A. (2004). *Psicologia social crítica como prática de libertação*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- GUATTARI, F. (1987). *Revolução molecular: pulsações políticas do desejo*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- GUATTARI, F.; ROLNIK, S. (1996). *Micropolítica – Cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes.
- HELLER, A. (1993). *Uma teoria da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- HELLER, A.; FÉHER, F. (1998). *A condição política pós-moderna*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- LEMINSKI, P. (2002). *Paulo Leminski – Seleção*. São Paulo: Global, Coleção Melhores Poemas.
- LÖWY, M. (2000). *Ideologia e ciência social*. São Paulo: Cortez.
- LÖWY, M.; BENSÂID, D. (2000). *Marxismo, modernidade e utopia*. São Paulo: Xamã.
- LÖWY, M.; SAYRE, R. (1995) *Revolta e melancolia: o romantismo na contramão da modernidade*. Petrópolis: Vozes.
- LYOTARD, J. (2002). *A condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- MELUCCI, A. (1994) *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes.
- OLIVEIRA, M. D. (2004, 13 de outubro de). *ONGs, sociedade civil e terceiro setor em seu relacionamento com o Estado no Brasil*. Acessado em 13 de outubro de 2004, de [www.rits.org.br/ongs](http://www.rits.org.br/ongs).
- SCHERER-WARREN, I. (1999). *Cidadania sem fronteiras: Ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Hucitec.
- SOBOTTKA, E. A. (2001). *A utopia político-emancipatória em transição – Movimentos sociais viram ONGs que viram “terceiro setor”*. Não publicado. Trabalho apresentado no I Seminário regional de Pedagogia Social e Práticas Sociais, promovido pela Unicruz, Ibirubá-RS.
- TOURAINÉ, A. (1997). *Crítica da modernidade*. Petrópolis: Vozes.

## CONTATO

THAIANI FARIAS VINADÉ

e-mail: [tativinade@yahoo.com](mailto:tativinade@yahoo.com)

PEDRINHO ARCIDES GUARESCHI

e-mail: [guareschi@puhrs.br](mailto:guareschi@puhrs.br)

Recebido em 18/10/2006

Aprovado em 16/10/2007

---

1 Este artigo é parte da dissertação de mestrado defendida em março de 2006, sob o título de “Tempos de Leveza e liquidez: as revoluções cotidianas da militância contemporânea”.

2 Psicóloga, mestra em Psicologia Social e da Personalidade pela PUCRS.

3 Professor pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUCRS, coordenador do Grupo de Pesquisa Ideologia, Comunicação e Representações Sociais.

4 Uma sugestão sobre essa questão é o filme “Quanto vale ou é por quilo?”, de Sérgio Bianchi, 2005.